

**PRONUNCIAMENTO DO CONSELHEIRO EDILSON DE SOUSA
SILVA, PRESIDENTE DO TCE-RO, POR OCASIÃO DO SEMINÁRIO
ABRINDO AS CONTAS 2017**

CUMPRIMENTOS

Excelentíssimos representantes do

Ilustríssimos representantes da imprensa...

Servidores, colegas de trabalho, acadêmicos...

Senhoras e senhores,

Bom dia! Em nome do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, tenho a grata satisfação de recebê-los e oficializar a Abertura do **SEMINÁRIO ABRINDO AS CONTAS - CAPACITAÇÃO DE NOVOS GESTORES PÚBLICOS MUNICIPAIS**.

É gratificante poder contar com a presença dos senhores neste evento! Superamos o total de 1.200 inscrições. Temos representantes dos 52 municípios do Estado de Rondônia e isso dá claros sinais de que estamos no caminho certo.

Agradecemos às autoridades do Poder Executivo, Poder Judiciário, aos membros do Ministério Público Estadual, da Defensoria Pública do Estado; da União da Câmara de Vereadores; da Associação Rondoniense dos Municípios; enfim... nossos agradecimentos aos representantes de todas as Instituições Estaduais e dos

Municipais que nos dão a honra da presença neste evento.
Muito obrigado!

Devo reconhecer senhoras e senhores, que muitos feitos realizados pela Corte de Contas só tem sido possível graças à parceria com **a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia** que não tem se furtado à pronta **análise** e **aprovação** de nossas leis - tanto aquelas que tratam de matéria de interesse institucional, como aquelas que disciplinam questões de interesse público. Assim, registro meus sinceros agradecimentos e votos de que continuemos nos fortalecendo nas nossas ações.

Contamos com acompanhamento da **Imprensa local**, cujo papel tem sido fundamental para levar à sociedade notícias que servem de reflexão e impulsionam a efetividade do controle social.

Temos a honra de receber em nossa casa o **Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e Presidente da Associação dos Tribunais de Contas do Brasil/ATRICON - Valdecir Fernandes Pascoal**. É um privilégio tê-lo aqui hoje Presidente - sinta-se em casa.

Contamos também com a presença do **Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul - Cezar Miola** - a quem, de igual modo, agradecemos a presença e desejamos rever aqui muitas outras vezes.

Sentimo-nos honrados e agradecidos também com a participação, a partir de amanhã, do **Coordenador-Geral da Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira do Ministério do Planejamento - Edércio Marques Bento** e da **Coordenadora Geral da Coordenação de Capacitação e Atendimento** e do **Departamento de Transferências Voluntárias** no Ministério do Planejamento, Regina Lemos de Andrade.

Aos gestores públicos que participaram do Evento de Transição de Governo Municipal ocorrido em novembro de 2016: "**QUE BOM QUE VOCÊS VOLTARAM**" e aos que estão vindo pela primeira vez a esta Corte de Contas para acontecimentos dessa natureza: "**QUE BOM QUE SE JUNTARAM A NÓS**"... sejam todos, indistintamente, muito bem vindos!!

Senhoras e Senhores, este SEMINÁRIO foi cuidadosamente preparado pela Escola Superior de Contas que não poupou esforços para que o evento fosse pensado **não** como um fim em si mesmo, mas que alcançasse um **público** que efetivamente estivesse interessado em despertar para uma Administração consciente e cumpridora de seus deveres, e, cujo **conteúdo** estivesse metodologicamente atrelado às necessidades dos gestores públicos e de sua equipe.

À Escola Superior de Contas, na pessoa de seu Diretor **Conselheiro Wilber Carlos dos Santos Coimbra**, meus sinceros agradecimentos pelo brilhantismo com que vem conduzindo todo esse processo de fortalecimento da

função pedagógica do Tribunal de Contas e incentivo para a continuidade na realização de eventos dessa natureza.

Ombreada à Escola de Contas, está a **Ouvidoria de Contas**. É ela a responsável pelo diálogo permanente entre o cidadão e o Tribunal, especialmente no que diz respeito ao acolhimento de sugestões, críticas, reclamações e elogios. Assim, à Ouvidoria de Contas, na pessoa do **Conselheiro Francisco Carvalho da Silva**, nossos cumprimentos pela excelência com que vem desempenhando esta importante missão e pelo grandioso auxílio na formatação desse evento.

Um agradecimento especial aos **Conselheiros e Conselheiros Substitutos** que não tem medido esforços para a concretização dos desafios e metas traçados para a Corte de Contas nesses novos tempos, inclusive na participação de eventos dessa natureza.

Não poderia deixar de mencionar uma palavra de gratidão também a todos os **servidores** e **setores** que atuaram na preparação do Seminário e que estarão conduzindo as atividades que se seguirão. Fazemos todos parte de uma grande orquestra e cada um sabe a importância de sua participação para a composição harmônica que se seguirá ao longo da semana. Obrigado desde já pelo resultado que certamente alcançaremos.

Meus caros... passamos da **ERA DA AFIRMAÇÃO** dos direitos para a **ERA DA EFETIVAÇÃO** desses direitos.

Contemporaneamente pensar na **EFETIVAÇÃO** de direitos significa voltar à atenção para a formação de um juízo crítico a respeito da destinação do dinheiro público, com o fim de implementar política de planejamento de gasto em estrita observância ao ordenamento jurídico e ao interesse público.

Isso, por certo, implicará na contenção dos gastos desnecessários; correção de desvios havidos; cumprimento do planejamento orçamentário; estabelecimento de plano de compras; acompanhamento da execução dos contratos; cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, dentre tantas outras medidas que visam, em última análise, fazer cessar e evitar o desperdício.

A fórmula **NÃO** é complexa, embora **NÃO** esteja a dizer que seja **simples**: Evita-se o desperdício, corta-se os desvios e possibilita-se o emprego do resultante em saúde, educação, moradia, segurança e tantas outras áreas sensíveis.

Queridos ouvintes... É possível dar efetividade aos **direitos fundamentais**. É possível imaginar e sonhar que as pessoas receberão além do **mínimo existencial**. É sim razoável garantir que as pessoas tenham serviços públicos de qualidade; é factível melhorar a merenda das crianças nas escolas; acredito na possibilidade de o cidadão de bem poder caminhar pelas ruas de seu bairro com segurança; penso que tantas doenças poderiam ser evitadas se houvesse

saneamento básico adequado, mas tudo isso só é possível se os Administradores **inculcarem** e agirem segundo a verdade absoluta de que o dinheiro é público e como tal deve ser empregado em prol do melhor e irrestrito interesse público.

Bem vista essas coisas, podemos refletir: **qual o nosso papel? Qual a nossa responsabilidade no processo da efetivação dos direitos fundamentais ao cidadão?**

Ao Tribunal de Contas incumbe a missão de fiscalizar e aplicar a reprimenda legalmente estabelecida. Entretanto, antes mesmo disso, a Corte de Contas tem a importante tarefa de orientar os Administradores Públicos sobre os assuntos afetos aos gastos públicos; esclarecer os procederes de observância obrigatória; explicitar sobre regras comuns aplicáveis à Administração Pública em diversos seguimentos, a exemplo das contratações públicas; inculcar que a gestão pública impõe uma série de regras e princípios de observância obrigatória; **deixar indelévelmente registrado que a malversação do dinheiro público traz uma série de consequências**: além de impedir a realização da efetivação dos direitos fundamentais, faz surgir para o Estado, por meio do Tribunal de Contas, a imposição de sanção que se traduz no dever de reparar o dano, de ressarcir aos cofres públicos os prejuízos causados, e de impor multas pelo descumprimento do dever legal. Tudo isso sem prejuízo das demais sanções a serem aplicadas pelo Poder Judiciário.

Aos senhores Administradores Públicos, por sua vez, compete, nos limites de vossas competências, a irrestrita observância ao ordenamento jurídico na condução da coisa pública, e atuação de forma proba e ética.

Certo é que nesse trajeto muitas dúvidas de cunho contábil, financeiro, jurídico e sobre a atuação dos órgãos de fiscalização, podem surgir. E é justamente nessa toada que o Tribunal de Contas desempenha seu papel pedagógico, no sentido de prestar todas as informações e orientações necessárias à boa condução da gestão pública. E, ainda assim, se houver erro na gestão do dinheiro público, por dolo ou por culpa, é dever constitucional, observadas as regras do devido processo legal, a imputação das sanções autorizadas.

Firme nesse propósito do exercício de sua função preventiva, uma série de atividades vem sendo desenvolvidas. Em novembro último, por exemplo, tivemos o Seminário de Transição de Governo Municipal. Naquela ocasião, muitos dos senhores estavam presentes e lá foi consignado a importância da participação no evento que hoje se inicia.

Neste Seminário acontecerão palestras proferidas pelo Presidente da Associação dos Tribunais de Contas do Brasil; por membro do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul e por representantes do Ministério do Planejamento, o que dá o testemunho da convergência de

ideias e **ideais** entre os Tribunais de Contas e revela o compromisso com a assertividade do evento.

Contaremos com a realização de 14 (quatorze) oficinas que se dividirão em 31 (trinta e uma) turmas diferentes. Será oportunizado o debate de temas diversos, a exemplo de: orçamento público; abordagem prática acerca da implementação e operacionalização do sistema de controle interno; gestão fiscal e índice de efetividade da gestão municipal.

Senhoras e senhores: Membros e Técnicos do Tribunal com ampla especialização nos temas tratados estão à disposição para prestar as orientações e os esclarecimentos que os senhores precisaram nos dias que se seguirão - e não só nesses dias. A Corte de Contas dispõe do Plantão Pedagógico - trata-se de um canal de acesso permanente, por meio do qual prefeitos, vereadores, secretários, assessores jurídicos, procuradores, controladores internos e servidores municipais podem interagir com o corpo técnico do Tribunal.

Ainda norteado por sua vocação constitucional preventiva, esta Corte de Contas, graças à incansável labuta de sua Escola Superior de Contas, na busca de apoio técnico especializado tanto interna como externamente, lança nesta data uma série de manuais e informativos que pretende orientá-los em relação a determinados seguimentos de atuação - lembrando sempre

que o objetivo último é evitar gastos públicos indevidos e garantir a **efetivação dos direitos fundamentais**.

Era intenção da Corte de Contas entregar a cada um dos senhores exemplares de todo o material, mas por questões logísticas, essa entrega fica postergada, entretanto, a consulta a qualquer deles poderá ser realizada desde já na forma eletrônica.

Teremos:

1. Manual de Auditoria Financeira: este manual representa um importante guia nos procedimentos e instrumentos de coleta de dados e informações utilizadas na fiscalização e auditoria contábil e financeira no Estado de Rondônia. Trata-se de uma ferramenta que possibilitará uma ampla visão sobre os processos de auditoria - de interesse tanto dos órgãos fiscalizadores como dos órgãos fiscalizados.

2. Manual do Gestor Público: eis uma obra que o Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, por meio da Escola Superior de Contas, tem a grata satisfação de oferecer aos gestores públicos e àqueles que militam na área da contabilidade pública, controle, auditoria, administração financeira e operacional, como importante instrumento de pesquisa conceitual, técnica e legislativa para o desempenho das atribuições afetas à administração pública. Nele são abordados temas sobre atos de pessoal, tomada de contas especial, licitações, despesas e receitas, planejamento e terceirização,

contratações públicas e muitos outros. Vale a pena a sua consulta.

3. Livro - Legislação Básica do TCE-RO: esta obra traz uma coletânea que reúne os principais itens da legislação, tais como Instruções Normativas, Decisões Normativas e Resoluções em vigência no âmbito desta Corte de Contas. Apresenta também uma série de importantes julgados com entendimentos consolidados em várias matérias.

4. Manual de Consultas Normativas do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia - Período de 2002 a 2006: Aqui foi consolidado o posicionamento jurídico do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia a respeito dos casos submetidos à consulta, a exemplo de terceirização, acumulação de cargos nas suas diversas variações, contabilidade, economia, finanças e orçamento público, FUNDEB, Fundo Municipal, Excesso de Arrecadação, Repasses Financeiros, dentre tantos outros. Uma obra de consulta obrigatória.

5. Painel e Controle - Uma abordagem prática acerca da Implementação e Operacionalização do Sistema de Controle Interno: esta obra objetiva fomentar e orientar a instituição e o funcionamento dos sistemas de controles internos no âmbito das diversas instituições e estruturas organizacionais que compõe a Administração Pública. A apresentação traz uma abordagem conceitual

numa linguagem que é um verdadeiro estímulo à sua implementação ou ao seu aperfeiçoamento.

6. Perguntas e Respostas sobre Gestão

Municipal: aqui, o Tribunal aborda de forma direta temas como Gestão da Receita, Prestação de Contas, Gestão Fiscal, Tomada de Contas Especial, Licitação, Gestão municipal, Obras Públicas, Atos de Pessoal, Saúde para os gestores municipais, FUNDEB e Sistema de Controle Interno.

7. Gibi - TCE em Contas - Lição de Cidadania:

a criança de hoje será o gestor de amanhã... a ela incumbirá as diretrizes da nossa cidade, do nosso Estado e do nosso País... esta obra, fruto de parceria com o Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso, pretende levar aos pequenos e à família, informações sobre a atuação do Tribunal de Contas, de modo a fomentar a discussão âmbito sobre a administração de bens e recursos públicos.

8. Gibi Meio Ambiente em Conta:

esta é a 3ª Edição de uma obra direcionada ao público infantil - mas não só a ele - cujo objetivo é apresentar, de forma lúdica, informações referentes ao meio ambiente e a atuação do Tribunal de Contas nesse seguimento.

9. Carta de Serviço ao Cidadão:

este trabalho pretende-se alcançar principalmente o cidadão, com vistas a apresentar-lhe informações sobre os serviços prestados pela Corte de Contas à sociedade e as principais formas de acessá-los.

Também faz parte da programação do SEMINÁRIO Abrindo as Contas a apresentação do **Portal Tô no Controle Rondônia**. Senhoras e senhores... a implementação e funcionalidade desse Portal será um marco para a Corte de Contas e para o Estado de Rondônia. Imaginem uma ferramenta que contemple o armazenamento de um universo de informações sobre as unidades da Administração Direta e Indireta do Estado de Rondônia e dos Municípios e que possibilite os mais variados cruzamentos e análises por seguimento. É uma ferramenta **grandiosa em extensão** - nela estarão contempladas informações relativas a dados históricos, fiscais e orçamentários por área, e **grandiosa também em profundidade**. A título de exemplo será possível avaliar a vocação econômica de determinada região para fins de investimentos, ou por que a cidade "X" apresenta inconformidade no transporte público escolar quando comparado com a cidade "Y". Enfim... eis mais uma ferramenta desenvolvida pelo Tribunal de Contas que será disponibilizada à comunidade e ao gestor público como um instrumento de consulta para tomada de decisões e estabelecimento de metas a curto, médio e longo prazo, inclusive com vistas a corrigir eventuais equívocos.

Há muita coisa para falar sobre o Portal, mas vou deixar para fazê-lo no momento adequado. De antemão, entretanto, e aproveitando o quórum presente, preciso agradecer o esforço sem medida dos setores que participaram ativamente de sua idealização e concretização.

Por tudo o que foi dito até aqui peço que não se ausentem dos debates e apresentações. Certamente será possível esclarecer muitas dúvidas e projetar muitas soluções. Aproveitem bem o evento. Espero que tenhamos dias de estudos e reflexões profundas sobre a nossa atuação, de modo a despertar e reforçar aquilo que é essencial - garantir a efetivação dos direitos fundamentais por meio da correta aplicação do dinheiro público.

Nossa responsabilidade é grande... mas quero, como membro do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia e como cidadão que anseia por uma sociedade melhor, convidá-los a este grande desafio que temos em nossas mãos... a labuta não é fácil... vivemos uma era de grande dificuldade política, econômica, social, moral e ética, mas o desafio vale a pena... **Acreditemos e Caminhemos** senhores!!! *"Como um menino caminha e caminhando chega no muro, mas ali logo em frente, a esperar pela gente, o futuro está. E o futuro é uma astronave... que tentamos pilotar. Não tem tempo nem piedade, nem tem hora de chegar. Sem pedir licença muda nossa vida, e depois convida a rir ou chorar. A escolha é nossa, os **sonhos** estão nas nossas **mentes** e as **ferramentas** estão em **nossas mãos**"!* Excelente Seminário a todos.